

António Manuel Hespanha, *Filhos da Terra: Identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa*, Tinta da China, 2019, 366 p., ISBN: 978-989-671-476-5.

Última obra do historiador António Manuel Hespanha, falecido em 2019, *Filhos da Terra* realiza uma imersão no “império sombra” ou império informal dos portugueses, trilhando um percurso pelas mais remotas paragens atingidas pela expansão lusitana na época moderna.

Por “império sombra” (*shadow empire*) – expressão cunhada por George Winius no texto *Portugal’s Shadow Empire in the Bay of Bengala* (1991), em que analisa a presença não oficial portuguesa no Golfo de Bengala – compreende-se os territórios e comunidades situados nas franjas do império, para além das fronteiras da monarquia portuguesa e da sua estrutura formal de dominação política. Constitui os espaços periféricos, dotados de frágeis aparatos administrativos formais.

Neste trabalho, interessa a Hespanha uma outra face do império, menos evidente, mais silenciosa e contraditória, pouco cômoda e, talvez por isso, ainda parcamente desbravada pela historiografia imperial. Seu foco central de análise incide no conjunto de comunidades “portuguesas” que, nas margens do império colonial português, sobretudo na África e na Ásia, consideravam-se ou eram consideradas “portuguesas” pelas sociedades circundantes.

Trata-se de um mundo eminentemente mestiço, com frágil ligação biomorfológica ou cultural com Portugal. Eram grupos muito heterogêneos, compostos por identidades fluídas, camaleônicas, adaptáveis às circunstâncias. Neste quadro multifacetado, o componente português esvai-se. Restam crenças e práticas religiosas reambientadas, algo da língua, memórias bastante reelaboradas, traços da forma de vestir, escassas feições físicas. Nesse sentido, embora possa suscitar um certo sentimento de familiaridade com o universo lusitano, o “portuguesismo” não configurava um marco identitário exclusivo, mas apenas um entre vários aspectos existentes nestas sociedades.

Tal constatação implica que o objeto de estudo traz alguns problemas de cariz metodológico, escrutinados pelo autor no início do livro. As comunidades pesquisadas, diante de sua complexa miríade de elementos distintivos, revelaram-se profundamente mestiças e ambíguas. Atribuir-lhes uma identidade “portuguesa” mostra-se uma opção temerária, derivando mais de uma tradição cultural e de um imaginário sobre a expansão portuguesa – fundados numa ideologia de um Portugal por natureza pluricontinental, alicerçada pela interpretação luso-tropical de Gilberto Freyre – do que de uma impressão

embasada em evidências empíricas. Agrupar, portanto, as diferentes sociedades em um conjunto, isolando-as das intrincadas misturas que as atravessam, e destacar as particularidades “portuguesas”, é antes uma decisão arbitrária do autor, assumida de antemão. Para atenuar tal carga ideológica, Hespanha, de maneira cautelosa, realça o caráter construído do seu objeto de pesquisa, sublinhando com o uso de aspas a artificialidade da designação dessas comunidades como “portuguesas” ou da imputação de uma identidade “portuguesa” a seus membros, aspas reproduzidas nesta recensão.

Outros aspectos metodológicos são destacados pelo autor. Comunidades autônomas, com modelos de organização pouco sujeitos ao poder emanado do centro político, não foram um fenômeno particular de Portugal. Podem ser observadas em outros impérios coloniais europeus. Aliás, existiram nas próprias metrópoles. Acontece que, tanto em Portugal como em outros impérios, a maior parte das fontes da história colonial, produzidas nas malhas do aparelho estatal, não se refere ou desmerece a atuação dos atores da expansão informal, centrando sua atenção nas atividades oficiais, protagonizadas pelos agentes régios. Os cronistas eclesiásticos constituem uma exceção. Na órbita não oficial, também escasseiam registros sobre estes sujeitos, pouco ou nada relacionados com os poderes formais. Para os múltiplos cenários, há mais fontes estrangeiras sobre estas comunidades do que portuguesas.

A questão das fontes conduz o autor a outro desafio metodológico. O problema do desequilíbrio entre fontes externas e internas. Tais grupos normalmente não escreveram suas experiências ou não registraram as impressões que percebiam de si. Por isso, a reconstituição do imaginário sobre sua identidade deve abandonar os esquemas conceituais, os sentidos prévios, o olhar enviesado impregnado na escrita das fontes europeias e no próprio senso comum, a fim de evitar deturpações, na tentativa de captar a identidade a partir de dentro.

Ao encarar tais mundos periféricos, espaços jurisdicionais com contornos desfocados e estatutos políticos indefinidos, Hespanha constata que uma análise meramente focada nas instituições formais de governo não seria apropriada para salientar os aspectos característicos destas comunidades, em especial quanto à fixação dos seus traços identitários, bem como à sua relação com a expansão portuguesa. Nesse sentido, o historiador debruça-se sobre processos mais difusos de organização e dominação, que a história institucional, por vezes, tem relutância em considerar.

Alargando a visão, Hespanha percebeu que os arranjos políticos internos destas sociedades não configuravam meros reflexos da administração metropolitana. Inspirado no trabalho de H. Patrick Glenn, *Legal Traditions of the World* (2007), e comparando com modelos de governo de outras comunidades,

vislumbrou semelhanças com a organização de outras sociedades tradicionais espalhadas pelo mundo. Assim, pareceu-lhe importante uma observação mais ampla dos imaginários e das culturas políticas locais.

Hespanha entendeu que a compreensão destas comunidades como extensões informais do império formal ou a sua instrumentalização pelas lógicas metropolitanas era bastante problemática. George Winius, ao referir-se ao “império sombra”, mostrava como este completava os domínios da estrutura formal, através de fluxos comerciais ou amparo às redes oficiais de poder português. Contudo, ao longo do livro, Hespanha evidencia que cada comunidade possuía lógicas próprias, variáveis ao sabor das situações concretas. Seus agentes protagonizavam uma pluralidade de papéis e ofertavam lealdades fragmentadas e fugazes. Por vezes, serviam aos objetivos do império, porém, frequentemente, contrapunham-se a ele, agindo de forma independente ou em concerto com os potentados locais hostis aos portugueses. Face a interesses múltiplos e a ambíguas alianças políticas, complementaridade, dependência mútua e oposição intercalaram-se no equilíbrio com o poder formal. Deste modo, o autor procurou em sua análise escapar de dois imaginários fortíssimos, o “mundo português” e o “modelo estadual”.

Após delimitar seu objeto de estudo, o império informal, e traçar considerações de natureza teórico-metodológicas nos dois primeiros capítulos, Hespanha avança sobre as “províncias do império sombra”. No terceiro capítulo, o mais extenso da obra, emergem os “filhos da terra”. Denominação que aparece frequentemente nas zonas da expansão portuguesa, desde o Brasil, Guiné e Cabo Verde, até Bengala ou Macau. Evocando localismo, a expressão servia para assinalar a distinção, simultaneamente, em relação aos nativos e aos portugueses do reino. Ausente de alusão à uma origem étnica ou cultural específica, remete a quem nasceu e vive no lugar, sendo, por isso, diferente de quem nasceu ou vem de fora.

Para além das fronteiras do reino e das conquistas, o autor percorre o mundo dos “portugueses” fora de Portugal, passando pela Guiné, América, Angola, Moçambique, Índia, Sudeste Asiático, Indochina, Macau e o Extremo Oriente. Surgem então os “lançados” ou “tangomaos” em Guiné, os “ambaquistas” em Angola, os “muzungos” em Moçambique. Na América, o Brasil, enquanto território bem emoldurado pelas estruturas administrativas da Coroa, não integra a análise. O olhar centrou-se nos “portugueses” das áreas fronteiriças ou de zonas da América espanhola. No Oriente, aparecem os “nazarenos”, “francos”, “topasses”, entre outras designações associadas aos portugueses. A Índia, por representar uma imensa região, foi desdobrada em vários cenários menores, em função da diversidade encontrada. Nos arredores da rede imperial, situava-se um grande número de comunidades dispersas, identificadas como “portuguesas”.

De um modo geral, o autor apresenta um panorama de grupos bastante autônomos e mestiços, soltos de um controle imperial eficaz, e muito diversos entre si. A identidade estava longe de ser homogênea. O “portuguesismo” das comunidades era policromático nos seus contornos, frequentemente localizados em fatores, de caráter minoritário, linguísticos e religiosos, mas também em trajes e hábitos europeus.

Nomes europeus e usos de palavras ou expressões portuguesas, geralmente modificadas em relação ao idioma padrão, inseridos em línguas locais, habilitavam a atuação como intérpretes e intermediários, uma peça chave no contato entre as comunidades locais e os agentes da Coroa. A religião cristã, mesmo quando incrustada de acentuado sincretismo com as religiões populares, servia de sustentáculo ao sentimento de pertença ao grupo, consolidando os seus laços internos, atenuando até mesmo óbices identitários, como a cor ou a casta. Vestimentas consideradas europeias, como blusas e vestidos para mulheres e chapéus e calças para homens, e a manutenção de certos hábitos ou traços culturais europeus, como os armamentos e a forma de fazer guerra, também serviam como linhas de distinção perante os nativos. Eram a “gente de chapéu”, os “filhos do chão”, os “filhos da terra”.

A despeito da reminiscência europeia evocada por tais elementos, aos olhos de seus compatriotas ou de outros vizinhos europeus, a “tribo portuguesa” – expressão provocativa de Leonard Andaya, criada para “deseuropeizar” a identidade dos grupos luso-asiáticos, e empregada por Hespanha ao longo do livro – era considerada quase nativa e descrita com desprezo nos relatos dos viajantes brancos. Entretanto, apesar das imagens depreciativas que suscitavam entre as autoridades oficiais portuguesas e entre outros europeus, alguns setores “portugueses” destas comunidades gozavam de prestígio. Era o caso dos soldados profissionais, intérpretes, comerciantes, médicos, cirurgiões e cristãos, tema do quarto capítulo, intitulado “a tribo portuguesa”.

Com base nas diversas fontes utilizadas na análise, Hespanha tenta estimar o volume demográfico da “tribo portuguesa” espalhada pelo império informal, muito embora, como reconhecido pelo próprio autor, salvo raras exceções, os números indicados nos documentos fossem destituídos de grande rigor. Partindo do princípio – assumidamente arriscado – de que os valores das fontes referem-se somente aos chefes de família, como era corrente na época, o autor multiplica-os por cinco, um aleatório coeficiente aplicado para abranger o restante dos familiares, além de adicionar uma dezena ao quantitativo, equivalente à média da criadagem e escravaria de suas casas. No total, o autor apresenta o questionável, devido à fragilidade empírica, montante de 200 mil “portugueses” em todo espaço africano e asiático no século XVII, desconsiderando os cristãos da China e do Japão.

Os três últimos capítulos do livro são dedicados: à organização administrativa das comunidades e sua débil ligação com o poder formal; a problematizações relacionadas à questão da identidade, evidenciando as dificuldades em demarcá-las, face sua mutabilidade e conflitualidade interna, próprias das culturas mistas estudadas; e, por fim, ao imaginário acerca da expansão portuguesa, colocando em xeque seu carácter supostamente aberto, de integração racial, perpetuado na memória nacional lusitana.

A obra configura uma história social crítica da expansão portuguesa, solapando mitos e lugares comuns sobre o carácter “amável” ou “cordial” da colonização. O autor lança luz sobre a gente comum, que escolhia ou era empurrada para as bordas do mundo imperial. Entram em cena degredados, aventureiros, intérpretes, soldados, mercenários, armeiros, comerciantes, cristãos, cristãos-novos, entre outras figuras, que permearam longínquos territórios, onde o vulto da Coroa parecia dissipar-se. Com grande mobilidade, em busca de negócios, maior permissividade ou em fuga de impostos, restrições e dificuldades, imiscuíam-se entre os nativos, integravam-se na vida comunitária, compondo populações fronteiriças no fluído e mestiço império informal.

A perspectiva adotada, o enquadramento dos espaços periféricos como centro da narrativa, pretende superar um enfoque europeu. Deslocando o protagonismo para as sociedades crioulizadas, traz para a história atores até então largamente eclipsados pela história do império formal. Ultrapassando os limites das fronteiras imperiais, em uma abordagem com viés global, a obra abre caminho para estudos que, explorando novas fontes e questões, aprofundem a análise, aceitando o desafio de iluminar as tímidas sombras do império português.

ISABELA AUGUSTA CARNEIRO BEZERRA

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras

isabela.bezerra@ifpb.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-5710-9440>